

Ações Afirmativas no Brasil Contemporâneo: uma Perspectiva Comparada¹

Paulo S. C. Neves²

Resumo: O debate sobre a implantação de ações afirmativas para populações marginalizadas ganhou uma grande audiência no mundo contemporâneo. No Brasil, as ações afirmativas são introduzidas a partir dos anos 90, graças a uma maior penetração do movimento negro nas administrações governamentais. Isso, contudo, vai gerar um debate acalorado no país, sobretudo em torno das cotas para afros-descendentes nas universidades públicas. O intuito desse texto é de melhor perceber o pano de fundo do debate sobre cotas no Brasil, o que não pode ser pensado sem uma referência ao debate internacional, o qual foi fundamental para a adoção das políticas públicas brasileiras.

Introdução:

As sociedades contemporâneas são mais e mais interpenetradas, esse é um fato que poucos ainda ousam contestar. Essa interpenetração manifesta-se em vários setores da vida social: na economia e na cultura, na política e nos princípios legislativos, na moda e nos gostos artísticos e musicais, nos esportes e nas práticas corporais, etc. Isso se dá também no âmbito da difusão das idéias e das ideologias, as quais ganharam novos meios de difusão mundial com o desenvolvimento das tecnologias da informação de base micro-eletrônicas.

Tudo isso tem sido o objeto de reflexão de alguns dos mais renomados pensadores contemporâneos, de Immanuel Wallerstein a Ulrich Beck, de Anthony Giddens a Arjun Appadurai, para não citar senão os mais famosos a esposarem essas idéias. Contudo, se o reconhecimento dessas interconexões tornou-se consensual, o mesmo não pode ser dito sobre as conseqüências metodológicas dessa constatação para o exercício das ciências humanas. Como Anthony Giddens reconhece em seu livro sobre as Conseqüências da Modernidade (1991), ainda agimos como se a sociedade fosse o sinônimo de Estado

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

² Universidade Federal de Sergipe (pneves@ufs.br)

Nação, como se cada país tivesse características tão próprias que seria justificado que os mesmos fossem tomados como unidades autônomas e isoladas.

Essa é uma tendência ainda muito presente e forte nas disciplinas das ciências humanas, apesar das tentativas de diversos autores em mudar essa percepção.

Daí o interesse em estudos comparados entre realidades nacionais distintas, levando-nos a por em relevo a complexa dinâmica entre as influências internas e externas na vida social. Isso pode nos ajudar, ainda, a melhor compreendermos como uma questão particular foi se construindo enquanto questão pública em cada país (tratar-se-ia nesse caso de uma genealogia da discussão pública sobre um tema) e como a agenda pública de um país pode influenciar os debates em outros países.

Nesse texto, pretendemos discutir essa questão tomando como exemplo o debate sobre as ações afirmativas no Brasil, o qual, do nosso ponto de vista, não pode ser entendido sem levar em conta o quanto esse debate foi influenciado por debates internacionais sobre a questão, nomeadamente aqueles oriundos dos Estados Unidos. O que não significa dizer, obviamente que os termos do debate no Brasil sejam meras cópias do debate internacional. Ao contrário, são as questões locais que levam o debate a ganhar dimensões importantes no debate público interno, o qual se reveste de cores locais, tocando em dilemas vistos como vitais para o país.

Mas esses dilemas e debates, embora locais, estão em diapásão com debates internacionais (alguns preferirão o termo globalizado).

Isso significa que o importante nas análises das ciências sociais em nossa época é mostrar como se dão as interconexões entre o global e o local, o internacional e o nacional, como mostram entre outros Wieviorka (2001).

Ações Afirmativas em uma perspectiva comparada

O aparecimento de reivindicações identitárias particularistas é fruto de profundas transformações no mundo contemporâneo. Por um lado, a crise da soberania estatal e a diminuição do poder integrador de instituições sociais que no passado tiveram um papel importante na construção das solidariedades sociais ao nível das nações (escolas e empresas, notadamente) provocaram nos países industrializados um questionamento das

identidades nacionais. Por outro lado, fenômenos como a imigração e a globalização econômica e cultural nesses países vão criar uma situação que muitos autores vão denominar de pós-colonial, onde demandas de grupos oriundos de países do sul, sejam elas de origem étnica, religiosa, ou cultural, passam a fazer parte da paisagem política das antigas metrópoles coloniais ou de países hegemônicos em termos econômicos.

Com isso, uma discussão sobre o multiculturalismo emerge em alguns países desde o início dos anos 70 (Canadá e Austrália) antes de se difundir para outros países ao curso da década de 70, 80 e 90.

Na América Latina, países onde o nacionalismo político fora importante desde a segunda década do século XX e onde, a partir dos anos 1930, regimes nacional-populistas vão erigir a mestiçagem como característica definidora da nacionalidade, essa tendência ao “diferencialismo” se materializará nas demandas indigenistas e de outras minorias, como os negros em países como o Brasil.

Assim, as demandas diferencialistas no Brasil, tal qual explicitadas pelas demandas de movimentos sociais negros, de índios, de mulheres, etc serão uma espécie de contra-ponto das demandas multiculturais globais.

Ao nível das relações raciais, essas demandas vão significar a busca pelo reconhecimento do lugar das populações de origem africana no país (como as reivindicações em termo do estabelecimento do dia 20 de novembro como feriado nacional, etc.) e também por políticas de reparação social no sentido de permitir uma redução das diferenças sociais que separam os negros dos brancos no país. Com relação a este último ponto, as cotas serão a principal bandeira desse movimento, tendo ingressado no discurso militante desde os anos 80.

O interessante aqui é observar que isso se dá em um contexto internacional onde as ações afirmativas ganham terreno nas políticas públicas de diversos países. Historicamente as ações afirmativas aparecem na Índia, ainda sob a dominação britânica, com o intuito de combater os preconceitos e restrições que excluía os intocáveis. Essas políticas vão se intensificar no período que se segue à independência do país, garantindo uma representação mínima dos intocáveis nos cargos públicos.

Nos anos 60, as ações afirmativas serão introduzidas nos EUA como resposta do governo às mobilizações pelos direitos cívicos da população afro-americana. Entre as

medidas postas em prática, cumpre ressaltar a obrigatoriedade de cotas para negros e, posteriormente, outras minorias, no mercado de trabalho e nas universidades, ponto que vai gerar uma série de polêmicas judiciais, sobretudo a partir dos anos 70.

Nos anos 80, diversos países passam a discutir as ações afirmativas (Canadá, Inglaterra, etc). pelo viés do multiculturalismo, como uma forma de garantir a representatividade da diversidade do país em espaços sociais específicos.

Finalmente, nos anos 90, diversos países, com discursos nacionais oficiais baseados na ausência de preconceitos mas convivendo com formas de discriminação não explicitadas, passam a discutir as ações afirmativas. Esses são os casos, notadamente, de países como a França e o Brasil, por exemplo.

Nesse sentido, a título preliminar, podemos propor uma classificação ideal-típica dos debates sobre as ações afirmativas. Um primeiro modelo seria o de países onde as ações afirmativas aparecem para combater formas institucionalizadas e legais de discriminação e exclusão de segmentos da população. Estes seriam os casos, por exemplo, dos EUA, da Índia e da África do Sul, onde uma série de impedimentos legais impediam certos grupos de participarem a parte inteira da vida social.

Um segundo modelo seria pautado na idéia de uma sociedade multicultural, onde o respeito às diferenças culturais e o reconhecimento público do caráter comunitário de certos grupos imporia uma lógica de representatividade no espaço público dos grupos minoritários. Este é o caso do Canadá e da Austrália, por exemplo.

Um terceiro caso são os países que têm no discurso republicano e no ideal da igualdade de tratamento da justiça para todos o seu credo identitário. Nesse caso, há uma resistência muito grande à introdução de formas de ação afirmativa do tipo de cotas, consideradas anti-republicanas, mesmo quando a existência de formas de discriminação invisíveis 's aceita pela maioria da população.

Por fim, teríamos os países onde a identidade nacional foi construída tomando como base a idéia de ausência de preconceito no país graças à predominância da mestiçagem no processo de formação do país. Fácil é notar que estamos aqui a falar do Brasil e de países latino-americanos.

Como tipos ideais, esses modelos precisam ser vistos apenas como tendências dominantes em cada país, o que não impede, por exemplo, que um mesmo país possa

migrar de um modelo para o outro (os EUA implantam as cotas em um contexto de combate ao apartheid, mas continuam a discutir as ações afirmativas na atualidade em termos multi-culturais, etc.)

Vem daí que embora os termos do debate se internacionalizem rapidamente, sobretudo através da difusão da idéia de ações afirmativas no seio dos movimentos sociais que lutam contra as discriminações raciais e étnicas e da incorporação dessas idéias em ações de agências internacionais (como a ONU, a partir da conferência de Durban em 2002, da Ford Foundation no Brasil, etc.) a carga simbólica desses debates vão ter significados diferentes: em alguns países as ações afirmativas serão debatidas tendo em vista a questão do universalismo, em outros será o modo mesmo de organização da sociedade que aparecerá nos debates sobre as cotas (no Brasil, por exemplo, a questão básica será a de saber se somos ou não um país racista, etc).

Ações Afirmativas no Brasil

No Brasil, o debate sobre as ações afirmativas enquanto tais aparecem nos anos 80, através das reivindicações dos movimentos negros, que tinham ressurgido com expressão pública a partir de 1978, com a criação do MNU.

Com efeito, desde os primeiros manifestos dos vários grupos que se reivindicam como representantes da população negra, a reivindicação pela implantação das ações afirmativas aparece.

Contudo, o debate sobre as cotas só vai ganhar uma maior projeção na sociedade brasileira a partir de discussões sobre experiências internacionais e sobre a viabilidade dessas experiências serem introduzidas no país. Assim, por exemplo, no principal órgão da imprensa escrita no país, o jornal A Folha de São Paulo, as notícias sobre ações afirmativas se restringirão às discussões sobre as cotas, as quais aparecem na década de 1990 na maioria das vezes associadas à comparação da situação racial no Brasil e nos EUA. Por sinal, essa não é apenas uma característica da discussão no Brasil, o mesmo tendo ocorrido na França e em outros países.

É que a partir dos anos 60 é o debate norte-americano sobre as cotas que vai dominar internacionalmente as discussões sobre essa temática.

Vale a pena lembrar que a comparação com os EUA é algo recorrente no contexto brasileiro, desde os anos 30, a começar pelos trabalhos já clássicos de Gilberto Freyre sobre a questão. Esse mesmo comparativismo entre Brasil e EUA vai levar Oracy Nogueira a propor sua famosa distinção entre preconceito de origem e preconceito de marca, estando o primeiro mais presente nos EUA e o segundo no Brasil, onde o preconceito se exerceria mais em função da cor da pele que em função de uma origem racial, como no caso americano.

Isso tudo significa que a compreensão da situação racial no Brasil passou por uma dimensão internacional que enriqueceu e deixou contornos gerais o debate em torno de características nacionais. O que, dado o contexto sócio-político do país nesse período, vai dar também um caráter de discurso sobre a identidade nacional do país, sobretudo na sua versão freyriana, que via na mestiçagem ao mesmo tempo uma característica do processo histórico de formação da sociedade brasileira e a fonte de uma identidade nacional mestiça.

Assim, nada mais natural que o debate sobre as ações afirmativas no país apareça primeiramente imbricado com questões e debates internacionais e, mais precisamente, norte-americano...

Mas é bom que se diga que esse debate não vai surgir de uma só vez, mas por vagas, seguindo a influência de eventos internacionais que ecoam na sociedade brasileira, mas também em função das relações de força e das mudanças simbólicas no país em relação à questão racial.

Um exemplo da primeira vertente foi a polêmica na imprensa brasileira em torno da obra “A curva do Sino” dos ensaístas norte-americanos Charles Murray e Richard Herrnstein. Nesse texto, os autores vão atacar as políticas afirmativas e outras políticas sociais nos EUA, por consirerarem-nas formas de incentivo à dependência das populações pobres ao do Estado.

A forma como esse texto será discutido no contexto brasileiro será a través de um debate sobre as cotas e o que elas poderiam ou não trazer para a realidade nacional. A escritora e articulista da Folha de São Paulo, Marilena Felinto, por exemplo, vai se posicionar contrária às cotas por considerar que a realidade brasileira era diferenete da

realidade norte-americana e, por isso, não podiam ser aplicadas no Brasil, país onde a discriminação não tinha gerado identidades étnicas tão fortes quanto nos EUA.

O debate vai ser impulsionado por questões nacionais apenas com a introdução das cotas nas universidades públicas já nos anos 2000.

CONCLUSÕES

Todos esses fatos nos colocam diante de uma realidade interessante a ser analisada: como tendências internacionais são internalizadas em contextos regionais.

Como vimos, o debate sobre as cotas foram introduzidos no Brasil a partir de debates e realidades internacionais (nos quais, por sinal, alguns atores brasileiros com responsabilidades governamentais interviam – caso da conferência de Durban). Mas como esses debates se dão ao nível interno, as referências externas ganham características internas, dando conta de problemas internos. No caso em análise, essas questões dizem respeito à própria identidade nacional, aos modos como os brasileiros vêem-se a si mesmos e o que eles consideram como justo e injusto...

Ou seja, a um nível teórico e mais abstrato, isso significa que devemos ter algumas reservas às tese que pretendem que com a globalização econômica e social dar-se-ia o desaparecimento das fronteiras entre as questões internacionais e nacionais. Estas fronteiras não estão desaparecendo, ao menos não da forma radical como alguns autores pretendem.

O que está ocorrendo é uma ampliação do universo simbólico e imaginário que alimenta o campo das disputas ideológicas e políticas em cada nação, com exemplos e contra-exemplos, argumentos e contra-argumentos, imagens e metáforas com sentidos opostos, etc. Contudo, ao nível da ação política concreta, isto é, ao nível das resoluções estatais e da construção das paisagens discursivas locais, são os atores nacionais, com referenciais nacionais, os que contam.

O global é importante, mas não o essencial. Se o debate sobre cotas no Brasil deve muito ao debate internacional, isso não significa que isso explique o essencial da questão. Esse debate está se tornando algo importante atualmente na sociedade brasileira em função da evolução recente da questão racial no país, sobretudo com uma maior

participação de militantes de movimentos negros nos governos municipais, estaduais e federais nas duas últimas décadas...

É nesse ir e vir entre o nacional e o internacional que poderemos melhor entender o que está se passando na sociedade brasileira atual quando ela se põe a discutir as ações afirmativas da forma como ela o está fazendo nos últimos anos...

BIBLIOGRAFIA

- APPADURAI, Arjun (1996). *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalisation*. Minnesota, University of Minnesota Press.
- BASTIDE, R., & FERNANDES, F. (1959). *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003), *Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BECK, Ulrich (2006). *Qu'est-ce que le Cosmopolitisme?* Paris, Alto-Aubier.
- de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. (2002), “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”, in: *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, p. 15-33.
- DAMATTA, Roberto. (1987), “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira” in: *Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FREYRE, G. (1933/1983). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. (2002), “Le Débat Qui n’a Pas eu Lieu : Les Quotas Pour les Noirs Dans les Universités Brésiliennes”, in: *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 49/50, 2002, p. 167-182.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Editora UNESP.
- GUIMARÃES, A.S.A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- HASENBALG, Carlos. (1979), *Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal.
- MUNANGA, K. (1996). As facetas de um racismo silenciado. In L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 213-229). São Paulo: EDUSP.
- NOGUEIRA, Oracy (1998), *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*, São Paulo, edUSP.
- NEVES, Paulo S. C. (2000). A Questão Negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes In: XXIV ANPOCS, Caxambu. Cdrom.
- NEVES, Paulo S. C. (2001). Raça e Região: Elementos Preliminares de uma Discussão. In: *As Ciências Sociais: Desafios do Milênio*. Natal : EDUFRN, 2001, p. 174-200.
- NEVES, Paulo S. C. (2002). Direitos Humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: Rubens Pinto Lyra (org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica.
- NEVES, Paulo S. C. (2005a). Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: , v.20, n.59, p.81 - 96.
- NEVES, Paulo S. C. (2005b). Identité Noire et Identité Nationale dans le Brésil Contemporain. *REVUE TEXTURES*, v. 1, n. 16, p. 103-110.
- OKIN, Susan Moller (1989). *Justice, Gender and the Family*. New York, Basic Books.
- ORTIZ, Renato (1985). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense.
- RORTY, Richard (2001). “Utopias Globais, História e Filosofia” in: Mendes, Cândido e Soares, Luiz Eduardo (org.), *Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*, Rio de Janeiro: Record, pp. 480-493.

- ROSANVALLON, Pierre (1995). *La Nouvelle Question Sociale. Repenser l'État*
- SANSONE, Lívio (1996). "Nem Somente Preto nem Negro: O Sistema de Classificação Racial no Brasil que Muda", in: *Afro-Ásia*, Salvador, nº 18, pp.165-187.
- SANSONE, Lívio. (2004). *Negritude sem etnicidade*. Rio de Janeiro, Pallas.
- SEM, Amartya (2001). *Desigualdade Reexaminada*, São Paulo, RECORD.
- Silva, A. C. (2001). *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA.
- SOUZA, Jessé. A Modernização Seletiva: Uma Interpretação do Dilema Brasileiro. Brasília: EdUnB, 2000.
- SOWELL, Thomas. *Affirmative Action Around the World. An Empirical Study*. New Haven and London: Yale University Press, 2004.
- TAYLOR, Charles. (1989), *The Sources of the Self*. Cambridge, Harvard University Press.
- TAYLOR, Charles. (1992), *Multiculturalism and the "Politics of Recognition"*, Princeton, Princeton University Press.
- TOURAINÉ, Alain (2005). *Un Nouveau Paradigme: pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris, Fayard.
- TURRA, C., & VENTURI, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- WIEVIORKA, Michel. (2001), *La Différence*. Paris, Balland.
- Social Forces*, 70, 703-724.